

Explicando deslocamentos, escolhendo o "mal menor": partilhas como modos de gestão de mobilidades, fronteiras e populações¹

David Danziger Regenberg (PPGAS/MN-UFRJ/Rio de Janeiro)

Palavras-chave: partilha; deslocamentos; fronteiras.

“Sob a ponta do cano de um rifle”: partilhas como violência humanitária

“Não faria mais sentido prático e moral organizar e planejar as mudanças de fronteira ao invés de deixar que o caos da guerra as decida? Não faria mais sentido mover as populações pacificamente, ao invés de fazê-lo sob a ponta do cano de um rifle?” (MEARSHEIMER, 1993)².

“E é claro que o que eles querem fazer no Kosovo vai nos manter lá para sempre. Porque este é o único modo de forçar pessoas a conviverem – sob a ponta do cano de um rifle, o cano de um rifle da OTAN” (MEARSHEIMER, 1999)³.

O deslocamento de populações dá lugar à convivência, mas a ponta do cano de um rifle permanece. A dinâmica estabelecida entre estas duas citações encapsula algo da problemática dos regimes de mobilidade e imobilidade em jogo em políticas de partilha. Esta dinâmica envolve tanto quais populações devem ser deslocadas – e neste caso trata-se mais de elas serem deslocadas do que elas se deslocarem – e quais devem permanecer em determinados territórios, quanto a reorganização de novas fronteiras e soberanias. Estas medidas, segundo John Mearsheimer, um influente, controverso e prestigiado internacionalista estadunidense, e outros que encampam esta linha, teriam como objetivo garantir segurança para as populações envolvidas através da criação de Estados etnicamente homogêneos, que, nesta lógica, são os únicos considerados viáveis e capazes de promover estabilidade e paz em circunstâncias de conflitos étnicos. Mas não são as populações envolvidas que são os sujeitos dotados de agência nestas citações, e sim a comunidade internacional de modo geral e os EUA em especial, articulando uma

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. A pesquisa apresentada neste trabalho contou com o apoio de bolsa concedida pela Faperj.

² Todas as traduções neste texto são minhas. No original, em inglês: “Wouldn’t it make good practical and moral sense to organize and plan the border changes rather than to allow the chaos of war to decide them? Wouldn’t it make better sense to move populations peacefully rather than at the end of a rifle barrel?”.

³ No original, em inglês: “And of course what they want to do in Kosovo is going to keep us there forever. Because that’s the only way you can force people to live together – at the end of a rifle barrel, a NATO rifle barrel.”

geografia política e moral específica, assim como relações hierárquicas de sujeito e objeto.

Para além de ser uma expressão cara a Mearsheimer, que ele frequentemente usa para caracterizar e condenar políticas que considera coercitivas, executadas somente na base da força militar, “a ponta do cano de um rifle (*the end of a rifle barrel*)” acaba por conectar em sua perspectiva duas ações políticas diferentes. Na primeira citação, em um artigo de opinião publicado em 1993 no jornal *New York Times*, que buscava influenciar a opinião pública e as formas de intervenção estadunidense na Bósnia durante guerra nos Balcãs, ele defende a criação de Estados etnicamente homogêneos através do “traçar de novas fronteiras” e de “transferências populacionais” – algo que pouco tempo depois ele passaria a fazer através da palavra partilha. Neste sentido, “sob a ponta do cano de um rifle” é uma caracterização da forma com que deslocamentos populacionais massivos são realizados durante a guerra sem a intervenção e o planejamento dos EUA e seus aliados. Em oposição a isso ele propõe o envolvimento dos EUA e seus aliados na organização e segurança destes mesmos deslocamentos para que sejam realizados de outra forma: “pacificamente”. “Sob a ponta do cano de um rifle” estes deslocamentos são limpeza étnica, o horror, mas “pacificamente” seriam “transferências populacionais”, ou, como coloca Chaim Kaufmann (1996), “separação étnica”. Nesta afirmação não se abre para questionamento que deslocamentos forçados – mais ou menos reconhecidos enquanto tais – tenham que ser realizados, o que está em disputa é somente sua forma.

Na segunda citação, em um fórum de debate estabelecido pelo think tank Cato Institute⁴ sobre o papel dos EUA na guerra nos Balcãs e o destino do Kosovo, Mearsheimer defende a partilha do Kosovo como uma solução que não é perfeita, mas que é a melhor das alternativas, pois seria a única estratégia viável para conseguir algo que se assemelha à paz no longo prazo e para que haja um horizonte de retirada militar de tropas estadunidenses e da OTAN da região. Ele entende a partilha do Kosovo, assim como da Bósnia, como a criação de Estados etnicamente homogêneos a partir do traçar de novas fronteiras segundo concentrações demográficas, importando pouco onde fique de fato a nova fronteira, contanto que ela seja capaz de separar populações etnicamente diferenciadas. A necessidade de separação e a inviabilidade de Estados etnicamente

⁴ Think tank “libertário” associado ao movimento neoconservador estadunidense, fundado em 1977 por Ed Crane, que conduziu as atividades do think tank até 2012, Charles Koch, bilionário que patrocina uma ampla rede de instituições e movimentos de extrema-direita, e Murray Rothbard, economista associado à chamada escola austríaca de pensamento econômico.

diversos seria uma fatalidade histórica desta parte do mundo, sendo que história em seu argumento é sinônimo de violência interétnica. Curiosamente, ele chama esta parte do mundo indistintamente de Europa, dizendo que “estados multiétnicos não sobrevivem na Europa. Se você olhar por toda a Europa no século XX, o que você vê são vários exemplos de Estados multiétnicos se despedaçando e sendo substituídos por Estados etnicamente homogêneos”⁵ (1999). Mas ao longo de seu argumento, seus exemplos se limitam a uma parte específica da Europa: Polônia, Império Austro-Húngaro, Tchecoslováquia, União Soviética e a Iugoslávia. Um produto inevitável e lamentável da história desta parte do mundo, mas contra o qual não é possível lutar. Assim, ele interpreta os esforços do governo Clinton em tentar com poder militar manter e apoiar Estados multiétnicos nos Balcãs, em que sérvios e kosovares fariam parte do mesmo espaço político, como irrealistas e fadados ao fracasso frente ao poder do nacionalismo e do ódio e do medo após tanta matança, isto é, após tanta história. É neste sentido em que “a ponta do cano de um rifle” é o único modo de fazer pessoas conviverem, pois só a força militar externa, da OTAN, seria capaz de conter a força do ódio e da violência que deve continuar a acontecer após situações de conflito interétnico. Mearsheimer propõe então que uma nova fronteira desempenhe o papel dos rifles da OTAN, separando as populações, evitando a violência e permitindo a retirada das tropas estadunidenses.

“A ponta do cano de um rifle” conecta então políticas de limpeza étnica, a forma violenta de deslocamentos populacionais, opostas a deslocamentos “pacíficos” e organizados, e políticas de apoio militar a Estados multiétnicos, opostas a partilhas e criações de Estados etnicamente homogêneos. De fato, é isto que Mearsheimer sugere: nesta parte do mundo, Estados multiétnicos levam a políticas de limpeza étnica; enquanto que políticas de partilha organizam deslocamentos populacionais ordenadamente e promovem o mais perto que se pode chegar da paz para estas populações. Mas esta contraposição na verdade conduz ao mesmo e inevitável destino: Estados etnicamente homogêneos. Ao mesmo tempo, esta conexão produz uma espécie de equivalência moral entre as posições daqueles que realizam limpeza étnica e aqueles que apoiam Estados multiétnicos. Mas enquanto aqueles que realizam limpeza étnica produzem o efeito inevitável da história de modo violento, os que apoiam Estados multiétnicos estariam

⁵ Em inglês, no original: “multiethnic states don’t survive in Europe. If you look all over Europe in the 20th century, what you see is lots of examples of multiethnic states breaking apart and being replaced by ethnically homogeneous states”

tentando por meio da violência negar o que deve aparecer como uma inevitabilidade histórica para estas populações.

Algo não fica claro neste argumento é como de fato produzir deslocamentos populacionais “pacíficos”, mas Mearsheimer oferece uma pista ao dizer que “Lamentavelmente, vidas podem ser salvas nos Balcãs somente ameaçando tirar vidas.” (1993)⁶. Talvez não obviamente, mas há uma certa ambiguidade nesta frase: quais vidas precisam ser ameaçadas? A resposta que imagino que Mearsheimer daria seria: as vidas dos agressores. Num artigo de opinião escrito com o internacionalista Robert Pape e publicado na revista *New Republic* (1993), pouco mais de dois meses depois de seu artigo no *New York Times*, ele parece ir nesta direção, já que discute possíveis campanhas militares voltadas a garantir a implementação de um plano de partilha da Bósnia e coloca como alvo do poderio militar dos EUA e seus aliados as forças armadas sérvias que ocupavam território a ser alocado aos bósnios muçulmanos. Se ele dedica atenção a como garantir o estabelecimento de novas fronteiras, e reconhece a necessidade de violência organizada para isso, como conduzir “pacíficas” transferências populacionais não é discutido nos mesmos termos. Ele sugere que a comunidade internacional supervisione e subsidie este processo e que a ONU estabeleça uma comissão nos moldes da criada pela Liga das Nações para organizar a transferência populacional turco-grega em 1923. Esta nova comissão deveria garantir passagem segura para migrantes, criar um banco para organizar compra e venda de propriedades e administrar um fundo para desenvolvimento nas zonas de imigração. Mas ainda persiste a questão: como pacificamente organizar transferências populacionais, como produzir pacificamente separação étnica, ou seja, como fazer com que as pessoas migrem para o outro lado da fronteira? A outra resposta possível que marca a ambiguidade da frase é: são as próprias vidas a serem salvas que devem ser ameaçadas. Se uma vida depende de qual lado da fronteira ela está, do lado certo ou errado de acordo com seu pertencimento étnico, salvar uma vida é colocá-la do lado certo, custe o que custar. Ameaçar vidas pode ser a forma de fazê-las migrarem para o lado certo da fronteira e, portanto, salvá-las. Assim, não seria absurdo escutar naquela frase que: lamentavelmente, vidas podem ser salvas nos Balcãs somente sob a ponta do cano de um rifle.

Penso que este é o cerne do que fez Chaim Kaufmann, internacionalista estadunidense cujo trabalho foi a referência central da discussão em torno de políticas de

⁶ Em inglês, no original: “Regrettably, lives can be saved in the Balkans only by threatening to take lives”.

partilha nos anos 1990 e 2000, afirmar que Mearsheimer foi o primeiro a argumentar publicamente em favor de partilha como uma solução humanitária. E seguindo esta linha, ele escreve que ao contrário de propostas anteriores de partilhas como forma de promover autodeterminação nacional, sua defesa de partilhas é baseada puramente em razões humanitárias (1996, p. 137). Esta motivação explicitada como humanitária parece lhe conferir uma espécie de segurança e certeza política e moral para lidar mais explicitamente com a questão somente aludida por Mearsheimer. Ele imagina e articula uma espécie de plano, ou ao menos uma diretiva mais explícita, de como devem ser organizadas transferências populacionais “pacíficas”:

“Depois que as forças inimigas forem afastadas de cada localidade, civis do grupo étnico inimigo que ficarem para trás são detidos para serem trocados após a guerra. Isto remove a base de apoio local do inimigo, evitando que problemas de contrainsurgência emerjam. Civis inimigos devem ser protegidos através de uma supervisão próxima das tropas clientelares em ação, assim como pelo controle estrangeiro de detidos.” (1996, p. 166)⁷.

Rebatendo a crítica que antecipa a esta proposta, ele diz:

“Uma crítica correlata é que transferências requerem que os interventores operem campos de concentração *de facto* para civis do grupo étnico oposto até que as transferências possam ser executadas. Contudo, isto é mais seguro que as alternativas de administração por aliados locais ou deixar que a guerra siga seu curso. Assim como nas transferências, os riscos aos detentos dependem de planejamento e recursos.” (1996, p. 171)⁸.

O reconhecimento de que sua proposta de transferências populacionais implica a operação de campos de concentração não o faz recuar, pelo contrário, faz com que ele defenda que os campos de concentração sejam operados pelas forças interventoras, isto é, os EUA e a OTAN, como uma forma de minimização dos riscos, visto que ele considera que as alternativas sejam piores. É neste sentido que esta seria uma solução humanitária. Apesar de não ideal, ela é a mais segura possível e seria, portanto, a melhor para esta situação. A violência de campos de concentração é apresentada então como parte

⁷ Em inglês, no original: “After enemy forces are driven out of each locality, civilians of the enemy ethnic group who remain behind are interned, to be exchanged after the war. This removes the enemy's local support base, preventing counterinsurgency problems from arising. Enemy civilians should be protected by close supervision of client troops in action, as well as by foreign control of internees”.

⁸ Em inglês, no original: “A related criticism is that transfers require the intervenors to operate *de facto* concentration camps for civilians of the opposing ethnic groups until transfers can be carried out. However, this is safer than the alternatives of administration by the local ally or allowing the war to run its course. As with transfers, the risks to the internees depend on planning and resources”.

necessária do processo de salvar vidas, minimizar seu sofrimento e controlar a violência através de transferências populacionais. Como poderia dizer a partir das reflexões de Eyal Weizman (2012), trata-se da construção deste tipo de intervenção como um mal menor, ou o melhor dos campos de concentração.

Esta compreensão de partilhas como uma solução humanitária vai ao encontro de transformações substanciais dentro do campo humanitário nos anos 1990, mas que se fundamentam em processos desencadeados nos anos 1970. Como colocam Didier Fassin (2012, p. 4-5, 14) e Eyal Weizman (2012), houve uma forte aproximação entre políticas humanitárias e militares, de modo que o enquadramento de eventos e processos diversos como desastres ou crises humanitárias se tornou capaz de legitimar a reivindicação de intervenção humanitária envolvendo o uso de força e tropas militares. Se o modelo tradicional do humanitarismo, associado às operações da Cruz Vermelha, se baseava na neutralidade política e no imperativo de não testemunhar como forma de conseguir acesso aos seus cenários de atuação e assim se manter independente das partes em conflito, estes princípios foram diretamente colocados em xeque com a fundação da organização não-governamental Médicos Sem Fronteiras em 1971. Recusando simplesmente prestar assistência, esta organização estabeleceu como parte fundamental de seu trabalho oferecer testemunho sobre o sofrimento das vítimas, atuando na arena pública de modo a construir uma causa e assim transformar politicamente as situações em que atuavam (FASSIN, 2012, p. 200-7). Um desdobramento transformador desta incursão de organizações humanitárias na cena política é o chamado “*droit d’ingérence humanitaire* (direito de ingerência humanitária)”, expressão popularizada pelo co-fundador do Médicos Sem Fronteiras, Bernard Kouchner, no final dos anos 1980, quando ele fazia parte do governo francês. Este direito postulava a possibilidade de intervenção em países passando por situações de crise humanitária sobrepondo-se a sua soberania nacional, algo que posteriormente se cristalizou na noção codificada pela ONU em 2005 de “responsabilidade de proteger”. De fato, ao longo dos anos 1990 diversas organizações humanitárias fizeram campanhas por intervenções militares na Somália, Bósnia e Ruanda como forma tanto de criar condições para a atuação destas organizações em meio à violência, quanto de resolver estas crises pelo uso de armas (WEIZMAN, 2012, p. 49-51). Um emblema frequentemente mencionado desta aproximação é o bombardeio do Kosovo em 1999, que foi proposto e justificado como um ato humanitário. Neste processo mortes civis não eram consideradas “efeito colateral”, mas uma parte intencional da estratégia de guerra cujo objetivo era pressionar politicamente o presidente sérvio

Slobodan Milosevic, novamente, com o intuito de alcançar objetivos humanitários (WOODWARD, 2001, p. 332; FASSIN, 2012, p. 223-4).

Assim, é interessante notar a profundidade da imbricação entre humanitarismo e militarismo. Por um lado, organizações humanitárias defendem intervenções militares e vem dependendo da presença de forças armadas para garantir sua atuação em cenas de guerra, e, por outro, exércitos justificam suas ações enquanto humanitárias e incorporam princípios e práticas humanitárias em seu *modus operandi*, especialmente através do estabelecimento de comandos humanitários dentro dos próprios exércitos e da regulação promovida pelo direito internacional humanitário (WEIZMAN, 2012, p. 52). Esta imbricação se consolida na medida em que ambos buscam atuar como uma forma de governo de populações, de redução do sofrimento e de controle da violência segundo racionalidades instrumentais (FASSIN, 2012, p. 5; WEIZMAN, 2012). É neste cruzamento que Fassin entende o que chama de “governo humanitário” como a atuação de sentimentos morais, articulando afetos e racionalidades, nos processos de controle, regulação e suporte à existência de seres humanos (2012, p. 1-2); que Weizman entende o problema da moderação e do cálculo da violência como parte crucial da própria lógica da violência, garantindo sua reprodução pelo controle de seu grau “mínimo” e “necessário”, sendo possível falar então em violência humanitária e pensar nela como um mal menor (2012); e que partilhas podem ser propostas como soluções humanitárias, sendo então uma expressão tanto de governo humanitário quanto de violência humanitária.

Pensando a partir do vocabulário de Weizman, partilhas seriam então a implementação do mínimo de violência necessária, inevitável e tolerável quando comparadas às alternativas postuladas, definida a partir de operações de cálculo antecipatório bastante específicas, cujo objetivo seria evitar uma violência ainda maior que se imagina na espreita. A apresentação de práticas enquanto um mal menor justifica causar danos que de outro modo seriam considerados inaceitáveis, desde que se busque garantir o equilíbrio ideal entre mal causado e evitado. Assim, deve-se tentar minimizar os danos causados ao máximo. Mas esta minimização deve ter como limite o ponto em que diminuiria a potência dos efeitos necessários proporcionados exatamente por esses danos – como no caso da pressão política exercida pelo bombardeio de população civil. Neste sentido, é possível defender como necessária a implementação de campos de concentração geridos da forma mais “segura” possível – o melhor dos campos de concentração –, fazendo deles um elemento da política de transferências populacionais,

ou separação étnica, com o propósito de controlar e evitar mais violência. Para entender melhor como ocorre esta defesa e como são operados estes cálculos antecipatórios da violência, é necessário examinar a forma específica da construção de sua argumentação.

Dilema de segurança como lógica da violência, separação étnica como controle da violência

Uma grande produção sobre partilhas em ciência política e relações internacionais emerge a partir dos anos 1990, como parte da grande atenção midiática, política e acadêmica direcionada à busca por uma solução viável que promovesse a estabilização e o controle dos conflitos armados na região da antiga Iugoslávia. É neste espaço de discussão que a proposta de partilha da Bósnia é colocada, e ela contribui fundamentalmente para a consolidação de um campo de debate mais amplo sobre partilhas como soluções humanitárias para problemas de conflitos étnicos em geral e para guerras civis étnicas em específico (KUMAR, 1997, p. 22-25; 2000, p. 3-4; JENNE, 2012, 255-256; MOSES, 2015, p. 38). É difícil precisar um ponto de partida para o debate, em especial pois esta discussão incorpora muito de seus ocultados precursores, mas as contribuições de Kaufmann e Mearsheimer são frequentemente referenciadas como disparadoras da discussão e se tornaram pontos nodais do que rapidamente ganhou o nome de “*partition theory*” (KUMAR, 1997, p. 25; SAMBANIS, 2000, p. 437).

Neste momento, a centralidade destes autores rearticula um debate sobre transferências populacionais, criação de Estados etnicamente homogêneos e redesenhar de fronteiras em torno da palavra partilha, que passa a encapsular estas práticas como uma técnica de intervenção que abarca múltiplos planos de atuação. De forma similar, Arie Dubnov (2019, p. 68-75) historicamente entende partilhas sempre como um pacote, no sentido de que não é possível reduzi-las a somente um aspecto, seja a uma divisão geográfica ou à criação de novas fronteiras e novos Estados nacionais, pois faz parte deste tipo de proposta uma certa gramática de violência, identidade e política que toma homogeneidade étnica como fiador de Estados nacionais “viáveis”, no sentido de providos de autoridade central reconhecida e capaz de manter uma paz duradoura em seu território. Assim, já se inscreve no horizonte a possibilidade de transferências populacionais como recurso – mesmo que seja o último recurso – para se alcançar este fim. E, no limite, esta gramática pode fazê-las aparecerem como uma consequência lógica e necessária dos processos desencadeados, mesmo que não estivessem previstas inicialmente, já que viabilidade estatal passa a ser pensada em função em homogeneidade

étnica. Do mesmo modo, quaisquer deslocamentos populacionais podem ser explicados e justificados retroativamente como consequência lógica, inevitável e até mesmo desejada. Neste sentido, Mearsheimer (1999) afirma que “[a Polônia] costumava ter muitos judeus, alemães, bielorrussos e ucranianos. Eles todos basicamente se foram. A Polônia agora é repleta de poloneses. E é melhor que seja assim”. Deste modo, defensores de partilhas são radicalmente contra o retorno de refugiados, pois seria o mesmo que recriar as condições de violência ao desfazer a separação étnica, o efeito desejado e inevitável tanto de partilhas quanto de limpeza étnica no processo de construção de Estados etnicamente homogêneos (MEARSHEIMER, VAN EVERA, 1995, p. 21).

Este uso do termo partilha como um modo de abarcar discursivamente práticas de engenharia político-demográfica referentes às relações entre territórios, atribuições de etnicidade/nacionalidade, populações e formas de governo também parece se expressar na falta de ênfase dada por Kaufmann a partilhas em si. Ele as define como separações políticas e territoriais decididas pelos “poderes responsáveis”, seja através de um acordo entre os lados em questão, seja através de uma imposição sobre os lados em questão por um grupo externo de maior poder (1998, p. 125). Assim, chega a afirmar que partilhas, segundo sua definição, importam menos do que “separações étnicas”, pois sem a separação total dos grupos étnicos em territórios com fronteiras militarmente defensáveis, partilhas tendem a exacerbar o conflito na medida em que acirram a vulnerabilidade de minorias “deixadas para trás”. Em sua análise, o fator decisivo não é a construção de soberanias, mas a separação demográfica e territorial (1996, p. 161-162). A consolidação de uma teoria da partilha (*partition theory*) ao redor dos argumentos de Kaufmann e Mearsheimer parece indicar que partilhas de fato não deveriam se limitar à criação de novas fronteiras e/ou soberanias e para se chegar realmente à solução de seus problemas elas devem envolver necessariamente transferências populacionais e separação étnica. Este argumento depende de uma bastante ambígua e problemática diferenciação entre, de um lado, transferência populacional e separação étnica, e, de outro, limpeza étnica, algo que infelizmente não terei como abordar em detalhes aqui.

Como afirma Erin Jenne (2012, p. 137), as colocações de Mearsheimer e Kaufmann se baseiam em e reforçam uma teoria neorrealista das relações internacionais. A perspectiva neorrealista se encontra alicerçada na avaliação de uma condição de “anarquia internacional”, marcada pela ausência de um soberano que garanta a segurança dos Estados, os atores principais deste modelo teórico, forçando-os a buscarem garantir sua própria segurança uns contra os outros. A compreensão neorrealista de partilhas está

ancorada no conceito de “dilema de segurança”, do qual decorrem muitas de suas pressuposições. Ele é postulado como uma consequência básica da inexistência de um soberano que garanta a segurança dos Estados num sistema internacional e é identificado por Kaufmann como o mecanismo definidor da dinâmica de guerras civis étnicas, determinante para começarem, persistirem e acabarem. Mas, como bem aponta Jenne (2012, p. 256-258), a transposição deste conceito que buscava explicar dinâmicas no nível interestatal para o nível sub-estatal não era um dado.

Barry Posen (1993) realiza essa transposição sob circunstâncias bastante específicas. Ele abre seu texto discutindo o colapso da União Soviética e da Iugoslávia, que teria produzido uma situação de ausência de soberania que ele busca entender a partir do dilema de segurança. Posen produz neste sentido uma equivalência entre Estados dentro do sistema internacional e “grupos étnicos, religiosos e culturais” (p. 28) dentro de ordens imperiais colapsadas, já que ambos agiriam a partir do mesmo tipo de lógica estrutural na qual estão inseridos, fundamentalmente marcada por uma situação de “anarquia emergente” (p. 27) e ausência de um soberano que garanta a segurança destes sujeitos, que passariam então a ser responsáveis por sua própria segurança, tendo que competir entre si pela garantia de sua sobrevivência. O centro do dilema é que, focando basicamente numa análise de equilíbrio de poder militar, ações tomadas para garantir sua própria segurança geram reações de outros sujeitos que, também buscando garantir sua própria segurança e temendo ações de outros, aumentam a insegurança geral numa espiral de competitividade. Neste contexto, na medida em que ele avalia que capacidades ofensivas podem ser mais efetivas para a garantia de sobrevivência que capacidades defensivas, Posen conclui que existem fortes recompensas para o lado que realizar o primeiro ataque, gerando incentivos e aumentando as chances de uma guerra preventiva em busca de maior segurança.

Se Posen introduz esta dinâmica num nível sub-estatal de forma mais localizada, circunscrita a situações de colapso imperial, as portas para sua mobilização em circunstâncias menos restritas parecem começar a se abrir já no título do seu artigo: “The Security Dilemma and Ethnic Conflict”. A noção de colapso imperial está ausente do título e é substituída por uma noção mais geral de conflito étnico. Por mais que etnicidade esteja presente em seu texto, ela ocupa um lugar mais periférico: coesão étnica é colocada como um fator de mobilização e potência militar (p. 30-31); e a dispersão ou concentração territorial de grupos étnicos é tratada como um fator que favorece ou desfavorece capacidades ofensivas e defensivas, podendo levar a “operações de resgate” de minorias

étnicas em território inimigo, que poderiam ser tratadas como “reféns” pelas maiorias étnicas circundantes (p. 32). Em suma, está em ação uma noção monolítica e essencialista de etnicidade como base exclusiva e imutável de pertencimento e lealdade política. Mas de fato pouco importa que fale especificamente em conflito “étnico”, pois etnia é usada de modo intercambiável com nação e grupos religiosos, culturais ou linguísticos. Estas são duas características marcantes dessa literatura de forma mais geral.

Kaufmann toma as contribuições de Posen como ponto de partida para ampliar o escopo de aplicabilidade do conceito de dilema de segurança também para situações de guerras civis étnicas, ao mesmo tempo em que dá margem para subsequente ampliação de seu uso. Ele afirma que “uma vez que a violência (ou o abuso de poder do Estado por um grupo que o controle) chegar ao ponto que comunidades étnicas não possam confiar ao Estado sua proteção, cada comunidade precisa se mobilizar para assumir responsabilidade por sua própria segurança” (1996, p, 147)⁹. O crucial aqui é que o limiar de violência a partir do qual não se pode confiar sua segurança ao Estado não é definido e de fato é indefinível, pois é baseado em uma avaliação subjetiva e afetiva variável em cada circunstância. Este tipo de indefinição contribui para a consolidação do que pode ser chamado de uma “cultura política paranoica” (MOSES, 2015, p. 38), já que potencialmente, dependendo de avaliações contingentes, ansiedades, medos e antecipações localizadas, pode-se justificar e/ou explicar atos de violência preventiva como uma consequência lógica e inevitável de sensações de vulnerabilidade frente ao Estado. Com isto não pretendo desconsiderar como irrealis ou ilegítimos afetos deste tipo, mas tento compreender como este tipo de consideração neorrealista cria condições para espirais de violência e sua intensificação, ou ao menos para sua justificação e explicação como decisões e efeitos lógicos.

Seguindo Posen, Kaufmann entende que o dilema de segurança é mais acentuado quando populações etnicamente diferenciadas tem um padrão de ocupação territorial misturado, sem grandes concentrações em espaços delimitados, pois as vantagens de operações ofensivas se tornam maiores, o que faz com que “cada lado tenha um forte incentivo – em níveis tanto nacionais quanto locais – para matar ou expulsar populações inimigas antes que o inimigo faça o mesmo, assim como para criar enclaves homogêneos

⁹ No original, em inglês: “Once violence (or abuse of state power by one group that controls it) reaches the point that ethnic communities cannot rely on the state to protect them, each community must mobilize to take responsibility for its own security”.

mais práticos de se defender” (1996, p. 148)¹⁰. Ele define este tipo de conflito como um de “limpeza étnica mútua preventiva” (1996, p. 150). Sua solução proposta para o controle deste tipo de conflito consiste em total separação étnica através de transferências populacionais – novamente, a diferença entre limpeza e separação étnica é sua forma: uma é realizada pela guerra de fato, enquanto a outra seria planejada por poderes internacionais e pacificamente implementada. Em seu entendimento, “a maior causa de sofrimento em trocas populacionais é o movimento espontâneo de refugiados. Transferências populacionais planejadas são muito mais seguras” (1996, p. 171)¹¹. Convém notar aqui a mobilização de uma gramática humanitária ao centralizar a redução do sofrimento como justificativa para a implementação deste tipo de política. Mas esta redução só aparece quando comparada com a alternativa de limpeza étnica. Ainda assim, elas aparecem em continuidade e com o mesmo efeito, diferindo em sua forma.

Esta, contudo, não é uma peculiaridade dos defensores da partilha. Um dos mais expoentes críticos de políticas de partilha, Brendan O’Leary (2006, 2007), analisa diferentes estratégias mobilizadas por atores estatais para lidar com diferenças etnonacionais no que se refere especialmente à relação entre populações e fronteiras. Baseando-se na literatura de regulação de conflitos étnicos e nacionais, ele produz duas listas. A primeira é composta por quatro estratégias empregadas para eliminar diferenças: “(1) genocídio; (2) expulsão étnica; (3) eliminação territorial, como permissão de secessões, descolonização ativa ou partilhas; e (4) homogeneização política, na forma de integração – eliminando cultura do domínio político ao tratar todos os civis como iguais – ou assimilação (encorajando aculturação e eventual fusão).”¹² (2002, p. 28). A segunda lista é composta por quatro estratégias para administrar diferenças: “(1) controle; (2) arbitragem; (3) administração territorial através de autonomia – autogoverno autônomo ou devolução – ou federação; e (4) consociação.”¹³ (2002, p. 29). Em sua análise ele critica e se opõe fortemente a muitas destas estratégias, mas o agrupamento delas ao serem colocadas numa mesma lista produz uma espécie de continuidade entre elas (GOODY,

¹⁰ No original, em inglês: “each side has a strong incentive - at both national and local levels - to kill or drive out enemy populations before the enemy does the same to it, as well as to create homogeneous enclaves more practical to defend”.

¹¹ Em inglês, no original: “the biggest cause of suffering in population exchanges is spontaneous refugee movement. Planned population transfers are much safer”.

¹² Em inglês, no original: “(1) genocide; (2) ethnic expulsion; (3) territorial elimination, such as permitting secession, active decolonization or partition; and (4) political homogenization, in the form of integration—eliminating culture from the political domain by treating all as civic equals—or assimilation (encouraging acculturation and eventual fusion).”.

¹³ Em inglês, no original: “(1) control; (2) arbitration; (3) territorial management through autonomy—home rule or devolution— or federation; and (4) consociation.”.

1977, p. 88). O que se diz neste ato da listagem em si é que todas estas são formas de lidar com diferenças, populações e fronteiras. Inadvertidamente, O’Leary estabelece uma espécie de equivalência entre elas enquanto estratégias. Neste sentido, por mais que ele rejeite diversas destas estratégias, ele as coloca todas na mesa de atores estatais, uma ao lado da outra, passando a ser possível escolher qualquer uma delas dependendo das circunstâncias, talvez como último recurso ou como um mal menor, talvez quando parecer que as únicas opções na mesa forem limpeza étnica ou partilha.

Retomando o ponto anterior, o modo de explicação da violência dentro do repertório neorrealista produz então um entendimento da violência como algo completamente lógico e racional, marcada por uma estrutura de fortes incentivos para sua realização inclusive de modo ofensivo e preventivo, ou seja, promovendo limpeza étnica não só como uma estratégia de segurança, mas como a melhor (KAUFMANN, 1998, p. 122). De modo similar à descrição de Michael Taussig (1987, p. 3-135) dos relatórios que denunciavam o terror colonial, a tentativa de explicação da violência e do terror de conflitos étnicos por Kaufmann e outros que adotam sua perspectiva faz do terror uma estratégia racional de segurança, ao atribuir à violência lógica, mecanismos e objetivos instrumentais. Deslocamentos forçados seriam o produto lógico e inevitável do dilema de segurança, cujo destino histórico nesta parte do mundo é a produção de Estados etnicamente homogêneos. Ao mesmo tempo, inspira-se o desejo pela violência, pois em seus atos estariam implícitas promessas de segurança, invulnerabilidade e poder que não estariam disponíveis de outro jeito. E a própria lógica imputada à violência marca sua inevitabilidade e necessidade de ser implementada até o fim, pois somente através de sua plena realização lógica ela poderia cessar. Partilha como um mal menor aparece como uma forma de tentar minimizar e controlar a violência ao aceitar e antecipar seus efeitos previstos.

Dentro deste campo, contraintuitivamente, partilhas emergem como soluções não como forma de resolver absolutamente os conflitos étnicos que seriam seus problemas, mas somente na medida em que elas fazem do conflito e da violência algo controlável ao reduzir a intensidade do dilema de segurança, produzindo relativamente menos violência frente às alternativas. Outras soluções, como distribuição de poder, reconstrução institucional ou cooperação interétnica não funcionariam pois não abordariam o centro do problema que gera a persistência de conflitos: o dilema de segurança, que só pode ser amenizado com a separação étnica (1998, p. 122). E este “relativamente menos violência” não significa necessariamente paz no sentido de ausência de guerra, podendo até se tratar

de transformar uma guerra civil étnica numa guerra “convencional” entre Estados, ou entre populações territorialmente separadas, com fronteiras defensáveis e dotadas de forças militares próprias, como se fossem Estados, pois Kaufmann argumenta que este tipo de conflito militar convencional é muito mais controlável e menos violento. Ou seja, a questão central não é necessariamente articular um acordo de paz ou cessar-fogo formal. A ocorrência de confrontos fronteiriços e de atos ocasionais de terrorismo não impõem uma questão significativo para que partilhas sejam consideradas um sucesso na visão de Kaufmann, pois, desde que não coloquem em risco a maioria da população civil, o dilema de segurança tende a seguir controlado. O ponto crucial neste raciocínio é simplesmente criar condições para que a violência possa ser controlada e ter sua intensidade diminuída através de dinâmicas militares convencionais de dissuasão, dentro das quais o dilema de segurança pode ser mitigado. Mesmo assim, ainda se trata de melhorar as chances da violência se encerrar, não de oferecer uma garantia plena de que isso acontecerá (1996, p. 150-151). Como coloca Carter Johnson: “Defensores da partilha não afirmam, contudo, que separar grupos étnicos em conflito irá sempre impedir um retorno da guerra ou de violência de baixa intensidade indefinidamente no futuro; mas afirmam que é frequentemente a melhor opção para dar uma chance à paz” (2008, p. 162)¹⁴.

Operações imaginativas antecipatórias, o mal menor e a administração da violência

E é ainda mais importante notar que este “relativamente menos violência” se baseia numa série de práticas de antecipação e de imaginação de um futuro no pretérito (STOLER, 2009, p. 21, 106), do tipo: o que teria acontecido teria sido bem pior se uma partilha não tivesse ocorrido ou o que aconteceu poderia ter sido evitado se uma partilha tivesse sido realizada. Considero bastante importante atentar nesta análise para o que Ann Laura Stoler chama de “estados afetivos”, salientando a economia afetiva e moral em jogo em diferentes projetos políticos, que se expressam em materialidades e circunstâncias específicas. Esta ênfase colocada por Stoler busca contrabalancear uma tendência analítica que entende o colonialismo, o Estado e talvez o poder de forma mais geral como uma máquina de racionalidade, subestimando a importância de sua dimensão afetiva e articulando uma onisciência possivelmente exagerada, oferecendo credibilidade

¹⁴ Aqui infelizmente não tenho como me aprofundar na importância do “frequentemente” nesta frase e sua forma específica de construção probabilística na avaliação de partilhas como soluções para certo tipo de problemas. Em inglês, no original: “Partition advocates do not claim, however, that separating warring ethnic groups will always prevent a return to war or low-level violence forever into the future; rather they claim that it is often the best option to give peace a chance”.

às suas pretensões e fantasias de racionalidade e conhecimento. Isso não significa deixar de lado a importância da razão, mas entender que ela não é oposta a sentimentos, e sim uma forma de modulá-los. Incorporar esta dimensão afetiva na análise significa olhar com mais atenção para os tons e ritmos da escrita, para suas imagens e julgamentos, para o senso comum implícito e o que não é dito, e para as imaginações políticas como parte de uma economia afetiva e moral que é central no exercício do poder e na construção de regimes coloniais (2009, p. 40-41). Neste sentido, é possível caracterizar a racionalidade postulada pela teoria da partilha como constituída então por operações imaginativas no subjuntivo, marcadas por afetos ansiosos e pessimistas. Discutindo a restrição de direitos de católicos na Irlanda do Norte e de palestinos em Israel, Kaufmann afirma que “Apesar dessas restrições de direitos de minorias serem sérias, a repressão de minorias étnicas provavelmente teria sido muito pior em cada caso se partilha e transferências populacionais não tivessem ocorrido”¹⁵ (1998, p. 154). O mesmo tipo de operação antecipatória de um futuro do passado é realizada aqui: “A partilha da Irlanda poderia ter sido evitada apenas de dois jeitos, qualquer um dos quais teria tido consequências piores”¹⁶ (1998, p. 128).

As percepções de inevitabilidade de partilhas parecem se basear nesse tipo de imaginação pessimista que acaba por conferir um contorno lógico às próprias violências constitutivas de partilhas e deslocamentos forçados. Violências que podem ser sempre, por um lado, diminuídas em importância quando comparadas com o que poderia ter acontecido – quando se trata de ressaltar aspectos de sucesso de partilhas – ou, por outro lado, explicadas como partilhas que não foram completadas – quando se trata de um aspecto de um caso cujo sucesso é duvidoso. A violência na região do Punjab durante a Partilha da Índia é explicada por Kaufmann neste sentido. Ele diz que a partilha ficou incompleta, pois não se previu a criação de um Estado sikh, o que acirrou o dilema de segurança para esta população, que se viu obrigada a realizar operações de limpeza étnica preventiva contra a população muçulmana para garantir sua segurança (1998, p. 143).

Esta linha argumentativa se baseia num tipo de teoria de escolha racional que articula a agência humana como efeito de considerações racionais e conscientes, definida pela estrutura de incentivos, custos e oportunidades presente. Este vocabulário permeia e

¹⁵ Em inglês, no original: “Although these restrictions on minority rights are serious, repression of ethnic minorities would likely have been worse in each case had partition and population transfers not occurred.”.

¹⁶ Em inglês, no original: “The partition of Ireland could have been averted in only two ways, either of which would have had worse consequences.”.

estrutura os textos marcados por uma perspectiva neorealista. Assim, a vulnerabilidade de minorias isoladas se explicaria pelos incentivos para serem atacadas, dentro da lógica do dilema de segurança. Consequentemente, a separação étnica aumentaria os custos de uma operação militar convencional contra fronteiras melhor defensáveis, melhorando as chances de uma paz duradoura, mesmo que não seja garantido. A pontual evocação de horrores ou sofrimento – bastante circunscrita na economia textual – produz um enquadramento humanitário que mobiliza então uma urgência moral para impedir a continuidade da violência, por mais que possa se tratar de realizar algo desagradável, pois se estaria agindo instrumentalmente em prol de um bem maior, constituindo um último recurso que é por vezes necessário (MEARSHEIMER, VAN EVERA, 1995, p. 21). Neste sentido, me parece se tratar de projetar um senso de moralidade racional, pragmático e ao mesmo tempo orientado por princípios humanitários, conhecedor das violências cometidas, mas distante delas, que não as deixa afetar ou contaminar seu julgamento racional do que deve ser feito para mitigar o sofrimento, por mais que se trate de uma decisão controversa ou impopular, custe o que custar. Mas, como dito anteriormente, trata-se de uma racionalidade ansiosa e pessimista, afetivamente distante dos sofrimentos evocados, pois não se pode deixar afetar por eles, e muito menos pela dose tolerada de violência implícita em suas propostas, e que só é capaz de imaginar um futuro violento, ao que propõe somente a antecipação contida de seus efeitos. De fato, como coloca Weizmann (2012), atua aqui uma economia de cálculos que produz uma espécie de equivalência e permutabilidade entre a violência presente e a violência potencial antecipada, cujo limite é evocado através das figuras do pior cenário possível que deve ser a todo custo evitado. Assim, na medida em que a violência potencial se torna tão real quanto a violência presente, se torna possível realizar uma para se prevenir da outra, segundo cálculos de proporcionalidade entre mal causado mal evitado.

Essa antecipação e projeção da violência étnica no futuro decorre do pressuposto de que conflitos e rivalidades étnicas persistam no tempo, sendo já uma função de ódios primordiais que se cristalizam e acumulam numa longa (e ahistórica, eu diria) história de conflitos interétnicos, imediatamente presentes. A percepção de que o ódio gerado pelos conflitos étnicos do passado se prologa no presente e no futuro, indefinidamente, impossibilita a imaginação de um futuro comum. Assim, a violência já existe no horizonte futuro: a questão é como evitá-la ou contê-la. Como postulam David Lake e Donald Rotchild (1996), conflitos étnicos só podem ser administrados e contidos, mas jamais solucionados definitivamente, para sempre, pois eles sempre podem ressurgir visto que

sua origem seria estrutural e própria da convivência entre diferentes grupos étnicos. Assim, o processo de administração de conflitos étnicos não teria um ponto final, não importa o quão bem seja administrado, exigindo sempre a continuidade de sua administração, seja por elites locais ou pela comunidade internacional. Nisto, Lake e Rothchild não só marcam uma hierarquia colonial entre os racionais administradores e as violentas etnias cujos afetos devem ser controlados, mas estendem o problema do tempo da violência indefinidamente, sob seu espectro eterno.

Para além de controlar a violência no presente, é necessário então que este controle permaneça no tempo. Neste sentido, a partilha seria uma forma de criar uma paz duradoura, mesmo que imperfeita. Duradoura no sentido da situação se manter estável por tempo indeterminado após a saída de quaisquer forças interventoras que possam estar atuando para manter a paz. E imperfeita sendo entendida no sentido de que ódios interétnicos, confrontos fronteiriços e atos terroristas podem eclodir pontualmente, mas não novos massacres ou limpeza étnica que coloque em risco a maioria da população civil e reforce o dilema de segurança (KAUFMANN, 1996, p. 151).

É este tipo de paz imperfeita a que Mearsheimer (1999) se refere quando ele diz que partilha é o único jeito de se chegar a algo que se assemelha à paz, mas que crucialmente não é exatamente paz. Trata-se de produzir a paz possível para estas populações, para esta parte do mundo, na qual sociedades multiétnicas seriam incapazes de perdurar, ou só seriam possíveis sob a ponta do cano de um rifle. Assim, ele diz que defender sociedades multiétnicas seria a expressão de uma crença dogmática de que outras sociedades poderiam se harmonizar assim como as diferentes comunidades imigrantes dos EUA se harmonizaram (MEARSHEIMER, VAN EVERA, 1995, p. 21). Para além de negar a realidade presente do racismo estadunidense sob uma imagem do harmônico *melting pot*, esta diferenciação articula uma geografia moral dividida entre aquelas sociedades que capazes de conviver com diferenças e aquelas que não, aquelas que podem usufruir de uma verdadeira paz e aquelas que devem se contentar com uma paz imperfeita.

Esta diferenciação espacial também se expressa temporalmente, como produto histórico, na medida em que partilhas que são apresentadas como um instrumento de produção de Estados viáveis através da separação étnica e do ordenamento entre populações e fronteiras, algo pelo qual certas nações já passaram, mas pelo qual outras ainda estão passando ou devem passar, produzindo uma racionalidade e uma teleologia da formação do Estado, da nação e do território através da violência. Deste modo,

políticas de partilha produzem geografias e temporalidades radicalmente diferentes e desigualmente distribuídas, evocando modos coloniais e imperiais de administração de populações (TROUILLOT, p. 222-226).

A questão da paz duradoura reaparece na literatura posterior principalmente através da figura da recorrência da violência, seja guerra ou violência de baixa intensidade (SAMBANIS, 2000; JOHNSON, 2008). Trata-se então de garantir uma paz duradoura, evitando a recorrência da violência. O problema, segundo os neorealistas, seria precisamente que em Estados multiétnicos, sem uma força interventora para garantir a paz – a figura do soberano na teoria realista –, e sem garantias confiáveis de segurança oferecidas pelo Estado, os ódios e incentivos para a violência inevitavelmente recomeçar estariam lá, exatamente como antes de qualquer intervenção. Dado que conflitos étnicos persistem no tempo, a não ser que a comunidade internacional ou algum grande poder assuma os custos de uma presença militar de longa duração – como alegam acontecer na estável situação do Chipre, na qual o exército turco está permanentemente postado na fronteira entre cipriotas gregos e cipriotas turcos –, só a separação dos grupos étnicos poderia oferecer a possibilidade de uma paz duradoura, com o benefício de ser uma solução mais econômica à comunidade internacional, que não precisaria correr os riscos de uma ocupação militar de longa duração, provendo uma saída de estratégia eficaz (MEARSHEIMER, VAN EVERA 1995, p. 18-19; JOHNSON, 2008, p. 142). Crucialmente, trata-se de partilha como uma solução eficiente aos poderes interventores não só em termos de presença militar estritamente, mas na economia assimétrica de vidas própria do humanitarismo, em que algumas possuem um valor maior que outras (FASSIN, 2012, p. 233-242). Assimetria, contudo, que ainda envolve um cálculo de proporcionalidade entre o valor concreto de vidas diferentes em ações e contextos distintos (WEIZMAN, 2012). Assim, Mearsheimer diz que “Eu gosto da ideia Estados multiétnicos, mas eu não estou disposto a colocar meu filho e filhas em risco para forçar aquelas pessoas a conviverem. Então o que devemos fazer é a partilha do Kosovo”¹⁷ (1999). As vidas de seus filhos são então opostas à vida daquelas pessoas, ao mesmo tempo em que são radicalmente distanciadas e diferencialmente valorizadas. A partilha do Kosovo seria uma forma de preservar as vidas das forças interventoras, ao custo proporcionalmente calculado das vidas “daquelas pessoas”.

¹⁷ Em inglês, no original: “I like the idea of multiethnic states, but I am not willing to put my son and daughters in harm’s way to force those people to live together. So what we ought to do is partition Kosovo.”

Partilhas e a separação étnica associada são construídas então como soluções num sentido bastante circunscrito, em que não impedem necessariamente a continuidade de todo tipo de violência, mas no qual a violência é transformada num tipo tolerável e controlável – ou seja, partilha como uma técnica de controle e mitigação de conflitos étnicos adequada para certos territórios e populações. Neste sentido, deslocamentos forçados podem ser explicados como parte de um processo lógico e inevitável, estruturado pelo dilema de segurança, cujo destino histórico seria Estados etnicamente homogêneos. Do mesmo modo, sua construção como mal menor é dependente de operações antecipatórias ancoradas na ansiedade do que poderia acontecer e numa sensação de potencial vulnerabilidade a ser radicalmente anulada, que articula a imaginação de algum grau de violência como inevitável e um futuro comum como impossível. Assim, a melhor opção seria antecipar os efeitos da violência como forma de tentar contê-la, de separar os efeitos do ato.

Referências Bibliográficas

DUBNOV, Arie. The Architect of Two Partitions or a Federalist Daydreamer? The Curious Case of Reginald Coupland. In: DUBNOV, Arie; ROBSON, Laura. *Partitions: A Transnational History of Twentieth-Century Separatism*. Stanford: Stanford University Press, 2019. p. 56-84.

FASSIN, Didier. *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2012.

GOODY, Jack. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

JENNE, Erin. When Will We Part with Partition Theory? Flawed Premises and Improbable Longevity of the Theory of Ethnic Partition. *Ethnopolitics*, v. 11, n. 3, p. 255-267, 2012.

JOHNSON, Carter. Partitioning to Peace: Sovereignty, Demography and Ethnic Civil Wars. *International Security*, v. 32, n. 4, p. 140-170, 2008.

KAUFMANN, Chaim. Possible and impossible solutions to ethnic civil wars. *International Security*, v. 20, n.4, p. 136–175, 1996.

_____. (1998) When all else fails: ethnic population transfers and partitions in the twentieth century. *International Security*, v. 23, n.2, p. 120–156, 1998.

KUMAR, Radha. The Troubled History of Partition. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 1, p. 22-34, 1997.

_____. The Partition Debate: Colonialism Revisited or New Policies? *The Brown Journal of World Affairs*, v. 7, n. 1, p. 3-11, 2000.

LAKE, David; ROTHCHILD, Donald. Containing Fear: The Origins and Management of Ethnic Conflict. *International Security*, v. 21, n. 2, p. 41-75, 1996.

MEARSHEIMER, John. Shrink Bosnia to Save It. *New York Times*, seção A, p. 23, 31 de março de 1993.

_____. Policy Forum: The Balkan War: What do We Do Now? Cato Institute Policy Report, julho/agosto, 1999. Disponível em: <https://www.cato.org/policy-report/july/august-1999/policy-forum-balkan-war-what-do-we-do-now#>.

MEARSHEIMER, John; PAPE, Robert. The Answer: A Three-Way Partition Plan for Bosnia and How the U.S. Can Enforce It. *The New Republic*, p. 22-28, junho de 2013, 1993.

MEARSHEIMER, John; VAN EVERA, Stephen. When peace means war. *New Republic*, 18 de dezembro, p. 16–21, 1995.

MOSES, A. Dirk. Partitions and the Sisyphean Making of Peoples. *Refugee Watch*, v. 46, p. 36-50, 2015.

O’LEARY, Brendan. The Elements of Right-Sizing and Right-Peopling the State. In: O’LEARY, Brendan; LUSTICK, Ian; CALLAGHY, Thomas. *Right-sizing the State*. The Politics of Moving Borders. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 15-73.

_____. *Debating partition: justifications, critiques and evaluation*. Dublin: Institute for British Irish Studies [MFPP working paper no. 28; IBIS working paper no. 78], 2006.

_____. Analysing Partition: Definition, Classification and Explanation. *Political Geography*, v. 26. n. 8, p. 886-908, 2007

POSEN, Barry. The Security Dilemma and Ethnic Conflict. *Survival: Global Politics and Strategy*, v. 35, n. 1, p. 27-47, 1993.

SAMBANIS, Nicholas. Partition as a solution to ethnic war: an empirical critique of the theoretical literature. *World Politics*, v. 52, n. 4, p. 437-483, 2000.

STOLER, Ann Laura. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Commonsense*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

TAUSSIG, Michael. *Shamanism, colonialism, and the wild man: a study on terror and healing*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Otherwise Modern: Caribbean Lessons from the Savage Slot. In: KNAUFT, Bruce (org.). *Critically Modern: Alternatives, Alterities, Anthropologies*. Bloomington: Indiana University Press, 2002. p. 220-237.

WEIZMAN, Eyal. *The Least of All Possible Evils: Humanitarian Violence from Arendt to Gaza*. London: Verso, 2012.